

Homossexualidades e Construção de Mecanismos de Proteção Social

Homossexualidades y construcción de mecanismos de protección social

Homosexualities and Construction of Social Protection Mechanisms

Rita de Cássia Colaço Rodrigues¹

João Bôsko Hora Góis²

Recibido: 5-08-2014 / Aprobado: 22-04-2015

Resumo

Neste trabalho, utilizando exemplos significativos, buscamos mostrar como, apesar de submetidos a recorrentes situações de violência, os homossexuais têm sido capazes de construir importantes mecanismos de proteção social que operam em micro, meso e macro escala.

Palavras-Chave: proteção social; homossexualidades; política social; cuidado; estigmatização; classes populares

Resumen

A partir de ejemplos pertinentes se intenta mostrar cómo la población homosexual ha sido capaz de construir importantes mecanismos de protección social que funcionan en micro, meso y macro escala, a pesar de someterse a situaciones recurrentes de violencia.

Palabras clave: protección social; homossexualidades; política social; cuidado; estigmatización; clases populares

Abstract

This research study presents examples of how homosexuals have been able to build important social protection mechanisms that operate in micro-meso-macro scale despite the recurrent situations of violence they experience.

Keywords: social protection; homosexualities; social policy; care; stigmatization; popular classes

1. Introdução

Nos últimos anos, o Serviço Social brasileiro tem dado crescente atenção aos dilemas envolvidos no chamado campo da diversidade humana. Um deles é o usufruto dos direitos à livre expressão sexual. Disto tem derivado a implementação, por seus órgãos de representação (Conselho Federal de Serviço Social, Conselhos Regionais de Serviço Social e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) de diferentes ações a exemplo de campanhas de defesa de direitos da população LGBTT e a criação de espaços para a discussão acadêmica e política das questões aí envolvidas.

Isto acompanha a tendência do Estado brasileiro, entre avanços e retrocessos, de incorporar temas tradicionalmente vistos como pertencentes ao campo privado – violência contra a mulher, preconceito racial, orientação sexual etc. – à sua agenda. Tal tendência vem se materializando através do aumento da institucionalização de políticas e programas para grupos minoritários, dentre os quais os homossexuais.

Os homossexuais - gays, lésbicas, travestis, transexuais, intersexuais e transgêneros - conformam um segmento social bastante vulnerável. Essa vulnerabilidade é tanto mais

(1) Doutorado em história social – dominação simbólica, gênero, orientação sexual, história do movimento homossexual brasileiro. O email: ritacolacobr@yahoo.com.br. Consultor independente.

(2) Pós-doutorado em sociologia – gênero, orientação sexual, raça e política social. Universidade Federal Fluminense, Brasil. O email jbhg@uol.com.br.

acentuada quanto menos capital global (Bourdieu, 1996) podem utilizar para a gestão da própria vida. As situações concretas e cotidianas de violência (física, mas, sobretudo, simbólica) a que estão submetidos tendem a afetá-los psicológica, física, social e economicamente. Portanto, tais situações furtam dos homossexuais elementos essenciais para uma auto-identificação positiva a qual é fundamental para o sucesso em diferentes domínios da vida pública e privada. Tudo isso é tanto mais grave quando levamos em consideração que muito da violência referida é perpetrada por membros da família consanguínea e de outros núcleos de interação primários (vizinhança, emprego, escola) dos quais se esperava apoio e solidariedade.

Apesar de toda essa trama de sofrimento e mesmo diante da escassez dos elementos capazes de assegurar aos homossexuais uma existência em condições igualitárias, reconhecemos neles a capacidade de construir mecanismos de ação, resistência e autoproteção assim como de estimular a formulação de políticas sociais.

Através das noções de “cuidado próprio” (que diz respeito mais a ações espontâneas, descontínuas, gravitando em torno de ambientes privados – residências particulares ou espaços comerciais que condicionam o acesso à renda), “cuidado do outro” (fortemente expresso nas iniciativas solidárias motivadas pela eclosão da epidemia de aids) e “cuidado do nós” (que abarca as ações de caráter mais universalistas), este texto busca apresentar, a partir de exemplos significativos, um painel dos mecanismos de proteção constituídos por homossexuais.

2. O cuidado próprio

Spencer (1996) relata a existência de uma sociedade homossexual secreta fundada na Inglaterra na passagem do século XIX para o século XX pelo criminologista Cecil Ives. Entre os seus objetivos estava a luta pela liberalização da homossexualidade. Segundo o autor, a sociedade realizava reuniões em Viena e em Paris, havendo

quem suponha terem existido membros na América do Norte, França, Itália e Alemanha. Outros autores registram, para essa mesma época, a existência em muitas cidades de um estilo de sociabilidade comunitária provida com as facilidades do capitalismo, organizado em torno de casas de banho, bares, boates, restaurantes. Talvez, o exemplo melhor conhecido dessa sociabilidade no período histórico em questão seja aquela que se desenvolveu em Nova Iorque. Sobre isso Chauncey (1994) afirma que entre fins do século XIX e início da II Grande Guerra, homossexuais estadunidenses, homens em sua grande maioria, foram capazes de construir poderosa rede de relações. Inicialmente contavam com esquinas, calçadas, parques e banheiros públicos. Tradicionalmente representados apenas como antros de promiscuidade, decadência moral e violência, tais lugares na verdade se constituíram em referenciais para provimento de identidade positiva, rede de apoio social e sentimento de pertença.

As múltiplas e diversas redes que foram constituindo se ampliaram ao longo do tempo, passando a incluir espaços outros, como bares, cafeterias, restaurantes, apartamentos particulares, saunas, boates (com seus quartos escuros), corais, times esportivos, bailes e concursos de beleza gay, livrarias, jornais etc. Em 1920 chegavam a contar com três bairros distintos encravados na Greenwich Village, Harlem e Times Square, com diferentes características étnicas, de classe, estilo cultural e reputação pública. Forjaram, desse modo, uma cultura distinta e protetora frente aos processos de isolamento, invisibilidade social e internalização dos significados negativos atribuídos pela sociedade heterossexual às suas formas de afeto e sexo. Tais espaços de convivência, mais do que meros provedores de satisfação sexual, possibilitavam a consolidação da identificação comum, instaurando a troca das experiências de *exílio*, fortalecendo a auto-imagem fragilizada e/ou deteriorada. Atuando como provedor de proteção social, por meio das práticas de cuidado recíproco, possibilitavam a elaboração de respostas

satisfatórias às exigências práticas do viver urbano. Desde o aluguel de um apartamento até o emprego que talvez viabilizasse não só a manutenção material, mas também a ascensão econômica e simbólica, passando forçosamente por todas as demais questões de sobrevivência material e social nas quais a rede de relações sociais é fator decisivo ao seu equacionamento.

Países latino-americanos como o Brasil, não foram privados ao longo dos séculos XIX e XX de formas semelhantes de sociabilidade entre homossexuais. No Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo, centros cosmopolitas capazes de fornecer condições de existência anônimas e mais flexíveis, há formações tanto de redes de relações quanto de territorialidades. Vários pontos de encontros em diversas áreas públicas das cidades foram instituídos e, a partir deles, diversos círculos de socialização se formaram, possibilitando a construção e segmentação de vínculos de apoio, identificação e solidariedade (Costa, 2010; Morando, 2008; Silva, 2005). Sobre essa questão Guimarães (2004), destaca que: “O indivíduo de identidade homossexual estabelece, na descoberta de outros semelhantes, uma primeira ruptura com a condição de estigmatizado. Tal descoberta representa, também, a primeira etapa na passagem para a identidade homossexual ‘positiva.’” (Guimarães, 2004, p. 55-57).

Por força de sua desqualificação, segregados, terminam por engendrar uma cultura peculiar e diversificada, dotada de expressões verbais e gestuais e de vestimentas características, compondo subculturas variadas, o que problematiza a noção predominante de completa invisibilidade social dos homossexuais antes da eclosão dos movimentos de liberação homossexual nos anos de 1960.

Outro componente significativo nesse processo de construção de mecanismos de afirmação positiva de sentido existencial e de suporte, semelhantemente ao registrado para Nova Iorque, ainda que com uma diferença temporal de algumas décadas, também entre nós se verificou: a elaboração

e circulação restrita de diversos periódicos dirigidos ao público homossexual. Lima (s/d) nos dá conta de que entre os anos de 1960 e 1970 circularam, entre Rio de Janeiro, Niterói e Salvador, nada menos do que vinte e sete publicações editadas por e para tal público. Caracteristicamente artesanais, datilografadas, mimeografadas ou xerocopiadas, circulando de mão em mão, possibilitavam meios para a estruturação identitária e um vínculo de pertencimento, com suas colunas sociais e fofocas. Alguns poucos ousavam ainda mais e inseriam artigos sobre ocorrências além das fronteiras locais, juntamente com críticas sobre espetáculos de teatro e cinema.

Em 1978 surge aquele que se constituiria no divisor de águas da história jornalística homossexual no Brasil – o tablóide *Lampião da Esquina*. Primeiro veículo juridicamente constituído e com distribuição nacional dirigido ao público homossexual. Importante função socializadora era desempenhada pela sua seção de troca de correspondências. Esse mecanismo de contato com “iguais” possibilitava – em um mundo pré-internet – a ruptura do isolamento imposto pela clandestinidade do desejo. Por meio da seção de troca de correspondências permitia que pessoas com semelhantes interesses ademais da orientação afetivo-sexual se pusessem em comunicação, por mais remotas que fossem suas localizações geográficas.

Surgidos na esteira do jornal *Lampião da Esquina* no ano de 1978 e sob influência direta do movimento estadunidense *gay lib*, os grupos de homossexuais também irão representar um importante espaço de integração e provisão de identidade positiva. Constituindo espaços de expressão da subjetividade freqüentemente deteriorada, possibilitavam a troca de experiências, de angústias e anseios, do reconhecimento de si através de pessoas com idêntica vivência, embora tivessem que lidar com as dificuldades inerentes a todo evento pioneiro. Integrantes dessa experiência inaugural registraram a dificuldade que era construir a própria fala, imersos se encontravam

em contexto de silenciamento e estigma. Mícolis, participante de grupos no Rio de Janeiro, expressa o mesmo sentimento registrado por integrantes do grupo pioneiro, em São Paulo: “Imaginem um bando de pessoas freqüentemente com problemas básicos de aceitação pessoal, tentando encontrar o ponto comum para iniciar um diálogo sobre si mesmas. Tudo bastante dilacerado, de um lado. Muita dúvida porque tudo era novo. [...] De fato, não tínhamos nenhuma fórmula para mudar o mundo (Mícolis & Daniel, 1983, p. 98).

Esses grupos iniciaram-se em um contexto de ditadura militar e em um país com tradição de autoritarismo, de conservadorismo de fachada e de pouca cultura associativista. Apesar disso, eles foram capazes de criar uma experiência de convívio em busca da autoconsciência individual que possibilitou o desenvolvimento da reflexividade, o surgimento de relacionamentos afetivossexuais e, posteriormente, a formação de organizações com potencial político para apresentar demandas concretas e incidir na formulação de políticas sociais para os homossexuais.

3. O cuidado do outro

A emergência de práticas voltadas para a atenção e o cuidado “do outro”, realizando uma ética solidária, detendo-nos agora apenas ao caso brasileiro, pode ser vista através de três eventos inauguradores: a viabilização de acesso a médicos e advogados para a população carcerária homossexual do Distrito federal pelo grupo *Beijo Livre/Brasília* no início dos anos de 1980; a campanha de conscientização sobre DSTs junto aos “travestis” que exerciam a prostituição na cidade de Salvador (visita médica e exames clínicos), promovida pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) em fevereiro de 1981; e a circulação do *Boletim ChanacomChana* (depois nomeado *Um Outro Olhar*) disponibilizando informações sobre DSTs e meios de prevenção específicos para lésbicas. O traço característico dessas primeiras ações é a ocupação do espaço político, vale dizer, a esfera pública, ainda que por

um viés não institucional, com o que deixavam clara a omissão do Estado.

O segundo grupo de ações compreende as experiências de cuidado tendentes a minimizar os efeitos sociais e físicos decorrentes da aids. A sua primeira fase é marcada por ações espontâneas, de iniciativa pessoal, particular, mais afeitas ao âmbito da sororidade. Já a segunda fase é caracterizada pela realização de parcerias entre militantes homossexuais – seja através de grupos organizados seja individualmente – e as instituições oficiais de medicina.

Em São Paulo, a travesti Brenda Lee instituiu uma casa de acolhimento aos chamados *pacientes sociais* – aqueles que precisavam de tratamento, mas não de internação. Necessitavam de alimentação equilibrada, medicamentos, cuidados de enfermagem, afeto, acolhimento. Precisamente aquilo que os seus familiares consanguíneos não tinham desejo de lhes fornecer. O interesse se restringia aos seus patrimônios, acaso existissem. Compelidas à prostituição frequentemente após terem sido expulsas da casa de seus familiares, as travestis alugavam (e ainda hoje alugam) vagas em habitação geralmente de responsabilidade de outra mais experiente. Brenda exercia essa atividade, segundo os relatos obtidos, desde início dos anos oitenta, época em que havia retornado ao país. Por sua personalidade forte e protetora, terminou por fazer surgir vínculos de pertencimento entre ela e suas sublocatárias, funcionando a modo de família substituta. Mais que inquilinas, suas meninas a viam como “mãe” ou “madrinha”. Em vários estados pelo país a comunidade das travestis ouvia falar de Brenda. Muitas se dirigiram a São Paulo, em busca de seu acolhimento e referencial, fugindo do repúdio de vizinhos, colegas de colégio e familiares.

Com a contínua disseminação do hiv, várias de suas inquilinas desenvolveram infecções oportunistas, o que as impedia de trabalhar e, via de consequência, garantir a própria subsistência (habitação, alimento, medicamentos, cuidados). Brenda decidiu cuidar delas. Doença então misteriosa e fatal, o terror se alastrava entre as

residentes. Algumas, por medo, abandonaram a casa. Outras vieram procurá-la em busca de abrigo e proteção. Brenda abrigava a todas como podia. Dava-lhes moradia, medicamentos, cuidado, afeto. Como fossem muitas as despesas, “o anjo bom da aids” partiu para buscar ajuda por todo canto. Anônimos ou não, inúmeras foram as pessoas que vieram em seu auxílio. De travestis brasileiras exercendo a prostituição em Roma a apresentadores de programa televisivo no Brasil, passando por médicos, figuras preeminentes da Igreja Católica, espíritas e pessoas comuns, cada um ajudava como podia. Quem não dispunha de recursos financeiros trazia o seu trabalho voluntário, auxiliando nos cuidados pessoais com as pessoas enfermas. Na busca por recursos para dar seguimento ao trabalho, Brenda participou de programas de televisão, palestras, eventos em casas de shows. Tudo enfim que em seu entendimento pudesse reverter em recursos para a manutenção das doentes que abrigava. Aproximadamente em 1984, a Casa de Brenda Lee teve intensificada a demanda por cuidados, vinda desses pacientes. Especialistas do Hospital Emílio Ribas foram ao seu encontro. Informalmente deram treinamento às pessoas que, embora leigas, estavam fazendo as vezes de auxiliares de enfermagem na Casa. A Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo passou a dispensar os insumos necessários. Os pacientes que necessitavam eram internados. Já os que demandavam cuidado extra-hospitalar e não tinham para onde ir nem quem cuidasse deles eram enviados para Brenda. Nesse mesmo ano a Casa abrigou cerca de 40 pessoas com hiv/aids.

Em 1985 é organizada juridicamente a Casa de Apoio Brenda Lee como uma associação de direito civil sem fins lucrativos. Pela importância do trabalho realizado, chega a ser comparada como “quase uma extensão do hospital Emílio Ribas e uma entidade fundamental para a rede estadual de saúde, no setor de aids” (Trevisan, 2000). Em 1988 a Casa de Apoio Brenda Lee torna-se a primeira instituição comunitária a celebrar contrato com

instituição pública no enfrentamento da aids. É estabelecido o limite entre 28 e 32 pacientes como capacidade máxima da instituição. O acolhimento é indiscriminado: travestis, gays, homens que fazem sexo com homens (HSH), usuários de droga. Voluntárias se apresentam para colaborar – tanto da comunidade trans quanto de fora.

Foi sem dúvida diante da necessidade de resposta ao gigantesco desafio que constituiu o enfrentamento da pandemia social que se seguiu à propagação do hiv – a onda de preconceitos, medo e culpabilização –, que ações de proteção foram sendo autoconstruídas e aperfeiçoadas pelo segmento mais satanizado no contexto – os homossexuais – revigorando-se noções de solidariedade e cuidado recíproco (Daniel e Parker, 1991). Esse processo vai, mais adiante, demandar a profissionalização de seus agentes e projetos, consolidando um novo campo profissional e intelectual (Góis, 2000).

A consistência dos mecanismos de atuação desses grupos resultará na formulação de uma das ações mais importantes da política de combate à epidemia de hiv/aids no Brasil: a disponibilização universal e gratuita de medicamentos. Premiada internacionalmente, tornou-se modelo para outros países e foi, posteriormente, estendido a outros tipos de enfermidades.

Nesse contexto de crise a desafiar a invenção de respostas, na década de 1990 vemos o agora autorreferido *Movimento GLBT* emergir do impacto da aids, aprofundando e ampliando os mecanismos de proteção social. Multiplicam-se o número de grupos organizados, agora sob o formato de associação civil sem fins lucrativos (mais conhecidas como ONGs); articulam-se ações com outros movimentos sociais, com parlamentares, com instituições de defesa dos direitos humanos e com especialistas e pesquisadores (nacionais e internacionais). (FACCHINI, 2000). O ativismo social se profissionaliza e se transforma permitindo que o “cuidado de si” e o “cuidado do outro” possam se ampliar em direção ao “cuidado do nós”.

4. O cuidado do nós

Afora o enfrentamento da pandemia da aids, com indiscutível sucesso para os padrões de políticas públicas brasileiros, a implementação, no Rio de Janeiro, do serviço *Disque Defesa Homossexual – DDH* vai se constituir em outro significativo projeto social construído pelo próprio público-alvo e depois convertido em um programa estatal. Surgido das demandas que emergem do serviço Disque Aids disponibilizado pelo *Atobá – Movimento de Emancipação Homossexual* (grupo do subúrbio do Rio de Janeiro), inova por atuar em espaço tradicionalmente repressor, refratário à participação popular: a área de segurança pública. Resultado da agregação de forças buscada em diversos espaços – parlamento estadual, executivo estadual, autoridades policiais civis e militares, além de outros grupos de homossexuais organizados – em junho de 1999 o serviço é oficialmente disponibilizado para a população, funcionando a partir do trabalho voluntário prestado pela própria militância. Além do recebimento de denúncias sobre violência, também fazia encaminhamento de questões aos parceiros das áreas do direito e psicologia. Infelizmente, em março de 2000, instaura-se uma séria crise comprometendo o funcionamento, a interlocução e a eficácia do serviço. A crise tornava-se mais aguda na medida em que as instituições homossexuais não dispunham de sólida estrutura organizacional, ou experiência anterior em cooperações desse tipo. No que pese os percalços comuns a iniciativas de tal envergadura em país com as nossas características de conservadorismo e frágil produção de capital social, as organizações de defesa dos direitos dos homossexuais se reorganizaram e assumiram a continuidade do serviço. O pioneirismo dessa parceria estimulou grupos em outros estados da federação a se organizar para instalar mecanismo semelhante. Também contribuiu para que o Movimento em âmbito nacional se debruçasse de modo mais consistente sobre a violência homofóbica. Outro aspecto relevante dessa

iniciativa foi a possibilidade de se conhecer as especificidades desse tipo de violência. Antes da disponibilização do serviço, tudo o que se sabia decorria da compilação das notícias veiculadas por jornais, sempre editadas a partir da ótica estigmatizante. Essa foi a primeira tentativa de mensuração, iniciativa do Grupo Gay da Bahia, mais uma vez pioneiro. Com a publicação de livros com os resultados das compilações, o GGB fez inserir o tema na pauta das discussões da sociedade e da militância. Isso levou ao enfrentamento do senso comum que apontava e ainda aponta para a violência como uma “retribuição procurada”, fruto de associações da homossexualidade com delinquência e desregramento moral.

Os estudos iniciados com a pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER) tiveram o condão de dar a conhecer a “espiral de tensão” que acompanha a violência homofóbica, de modo a possibilitar ações interventivas eficazes. A marca dessa violência específica se manifesta através de insinuações veladas, ameaças (de “revelação”/publicização da “identidade secreta”), intimidações (escândalo na vizinhança/no trabalho/cartas ao síndico/telefonemas/ mensagens eletrônicas); agressões físicas; homicídios com extremada crueldade etc. A potencialização dos danos opera a partir do conhecimento, da relação de proximidade existente entre vítima e agressor. A partir da revelação dessas especificidades é possível aos movimentos de gays, lésbicas e transgêneros construir, em conjunto com instituições de pesquisas e com órgãos do Estado, um planejamento eficiente de um conjunto de ações político-institucionais para o seu enfrentamento.

A criação desse conjunto de ações requereu um aprendizado que se materializou no bojo da própria ação política. Ela levou o *Movimento GLBT* a trabalhar no sentido da construção de políticas, programas, ações e projetos de combate ao preconceito, de reconhecimento/garantia de direitos e de promoção da auto-estima. Vão da disponibilização de assessoria jurídica à utilização

dos recursos da internet como ferramenta viabilizadora de informações, suporte emocional e construção de redes sociais, destacando-se a atuação profissional da militância especializada no setor educacional, como alavanca estratégica na transformação das mentalidades. Há iniciativas como a criação do *Grupo de Ajuda Mútua*, experiência realizada por mais de dois anos pelo grupo de lésbicas paulistanas *Umas & Outras*. Ali são realizadas reuniões mensais, onde promovem a convivialidade, o compartilhamento de experiências, construindo em conjunto um espaço de fala/escuta entre pessoas com questões afins. Esse grupo, empenhado na preservação do aspecto subjetivo das “lésbicas”, se esforça na ampliação da oferta de atividades. Em suas programações consta: oficina de teatro, sarau literário, musical e poético, palestra sobre autoestima com terapeuta holística, além de espaço para jogos (“ping-pong, dominó, truco etc.”) e expressão artística (canto e violão).

No Rio Grande do Sul, o grupo *Nuances pela Livre Expressão Sexual*, com dezessete anos de existência, há sete realiza projeto com o segmento dos “trans, guei, lésbica e travas jovens”, visando à redução da vulnerabilidade e o aumento da autoestima e o fomento da ação cívica comprometida, com seus participantes atuando como multiplicadores. Sua intervenção é pautada pela ocupação de espaços públicos (visitas a teatros, museus, praças e parques), com vistas a incentivar a disputa pela sua ocupação e explicitar o conflito (manifestações de desqualificação); pela realização de oficinas sobre temas privilegiados pelo próprio grupo, sobre formas de expressão artística; pela exibição de filmes ou documentários; e através da representação formal de denúncias de constrangimento, humilhações e privação de liberdade junto a órgãos de Direitos Humanos, conselhos profissionais e instituições *socioeducativas*. Segundo seus avaliadores acreditam, “o maior impacto do projeto constituiu-se, de forma reflexiva e prática, na formulação de estratégias para que cada vez mais as pessoas reajam às violações de direitos

humanos e à moral sexual.” Uma de suas grandes riquezas sem dúvida alguma é abarcar um público realmente misto, tanto em termos de identidade de gênero e orientação sexual (“gueis, bis, sapos, trans, travas e heteros”) quanto de etnicidade, tornando concreta a possibilidade de convivência entre diversidades: “[...] A ação buscou compreender e tentar reverter as condições de vulnerabilidade dos jovens, possibilitando o deslocamento de uma posição social abjeta (desprezível, ignóbil ou imundo), definida pela heteronormatividade, para a de cidadão de direitos, pela via da reflexão e da ampliação das redes de sociabilidade [...]” (Pecoits e Pocahy, 2006).

Finalizando, queremos uma vez mais sublinhar a importância estratégica que a dinamização do extraordinário potencial lúdico presente nesses espaços representa em termos não apenas de autoconstrução de mecanismos de proteção recíproca e de ampliação da consciência política, mas, sobretudo, na formação de capital social. Os espaços de interação formados pelos variados modos de organização dos grupos de homossexuais, estruturados não apenas no viés político mas, sobretudo, na “perspectiva libertária de construção da[s] identidade[s] homossexual [is]”, no investimento na possibilidade de conjugação da participação política com a dimensão de prazer (Ramos, 2005), constituem territórios férteis no processo de construção tanto de uma mais fortalecida autorrepresentação das homossexualidades, mas também, de uma sociedade mais democrática e fraterna. Seja no formato “clube”, tais como a *Turma Ok* e a atual conformação do quase trintenário *Miss Brasil Gay* – que passou a se inserir no âmbito do *Rainwbow Fest*, promovido anualmente pelo Movimento Gay de Minas -, seja no formato de privilegiamento dos processos de interação e ação pública, como o *Nuances*, em Porto Alegre, o *CORSA* em Campinas e o *Umas e Outras*, em São Paulo, ou mesmo no formato das tradicionais reuniões de discussão de política de conscientização.

5. Último Comentário

É inquestionável a relevância social que as formas de cuidado aqui discutidas desempenham para os homossexuais em sociedades urbanas complexas como a brasileira. Nesse sentido, resgatar essas formas autogestionárias de apoio e cuidado recíprocos significa reconhecer-lhes capacidade para estabelecer e gerir as ações necessárias na defesa de seus interesses enquanto coletividade. A recuperação de tais experiências, com todo seu repertório de saberes acumulados, pode fornecer subsídios para a elaboração de políticas públicas, servindo como estratégia de fundação de um novo sistema de proteção social, eficaz o bastante para possibilitar os meios necessários à ampliação e partilhamento da responsabilidade social pelo bem-estar a que todos têm direito.

A reconstrução tanto de suas trajetórias quanto de sua capacidade de elaborar respostas e subverter as dinâmicas assimétricas contribui também para que tais atores se redescubram enquanto protagonistas de suas próprias histórias (Shappe, 1992), elemento fundamental na produção de uma autoimagem positiva. Cumpre, porém, esclarecer que o entendimento dos sentidos dessas vivências enquanto práticas e saberes passíveis de serem incorporados na formulação de políticas públicas não significa estimular a proliferação de comunidades apartadas, mas, antes, realizar um caminho inverso ao da tradição usurpadora da capacidade de setores vulnerabilizados para construir suas próprias respostas.

6. Referências

- BOURDIEU, P. (1996). Novas reflexões sobre a dominação masculina. In: LOPES, Marta Júlia M. et alii. *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes médicas.
- CHAUNCEY, G. (1994). *Gay New York*. New York: HarperCollins, .
- COSTA, R da S. M. da. (2010). *Sociabilidade homoerótica masculina no Rio de Janeiro na década de 1960: relatos do jornal O Snob*. (Dissertação. Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas – Centro de Pesquisas e Documentação em História Contemporânea, FGV-CPDOC.
- DANIEL, H. e PARKER, R. (1991). *Aids, a Terceira epidemia: ensaios e tentativas*. São Paulo: Iglu, 127.
- FACCHINI, R. *Sopa de letrinhas?* (2000). *Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 301.
- GÓIS, J. B. H. (2000). *A construção das ONGs/ AIDS brasileiras: história, idéias e auto-representações (1985-1998)*. In: *Ser social*. Brasília: UnB, nº 7, jul/dez.
- GREEN, J. (2000). *Além do Carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Unesp, p. 541.
- GUIMARÃES, C. D. (2004). *O homossexual visto por entendidos*. Rio de Janeiro: Garamond, 117.
- LIMA, M. A. A. (s/d). *Breve histórico da imprensa homossexual no Brasil*. Publicador: Biblioteca on line de Ciências da Comunicação. Disponível em: http://bocc.ubi.pt/pag/_texto.php3?html2=lima-marcus-assis-IMPRESA-HOMOSSEXUAL-BRASIL.html. Acesso: 14/12/ 2004.
- MÍCCOLIS, L. (1983). *Prazer Gênero de primeira necessidade. Diário de bardo*. In: MÍCCOLIS, _____ e DANIEL, Herbert. *Jacarés & Lobisomens*. Rio de Janeiro: Achiamé, 69-110.

- MORANDO, L. (2008). Paraíso das Maravilhas: Uma história do Crime do Parque. Belo Horizonte: Argumentum, 327.
- OLIVEIRA, C. S. de. O exílio do homoerotismo feminino. In: GOLIN, Célio e WEILER, Luís Gustavo (Orgs.). (2002). Homossexualidades, cultura e política. Porto Alegre: Sulina, 205.
- GOLIN, Célio e PARKER, R. (1994). A Construção da Solidariedade: AIDS, Sexualidade e Política no Brasil. 2ª edição. Rio de Janeiro: ABIA/IMS-UERJ/Relume-Dumará, 141.
- PECOITS, F. e POCAHY, F. (2006). Projeto gurizada: Saindo do Armário e entrando em cena. Nuances grupo pela livre expressão sexual. Porto Alegre, 8.
- PUTNAM, R. (2005). Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. 4ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 257.
- RAMOS, S. (2001). Disque defesa homossexual: narrativas da violência na primeira pessoa. In: Comunicações do ISER: Violência e minorias sexuais. ISER, nº. 56, 53-66.
- RODRIGUES, R. C. C. (2004). Os efeitos da estigmatização e a importância estratégica de incentivo à formação de grupos de convivialidade como geradores de proteção social e valores comunitários, a partir do depoimento de uma ex-fundadora do GAAG, Grupo de Atuação e Afirmação Gay, de Duque de Caxias/RJ (1979-1980). Trabalho apresentado no II ENUDS - Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual, em Recife.
- _____. (2006). Poder, gênero, resistência, proteção social e memória: aspectos da socialização de “gays” e “lésbicas” em torno de um reservado em São João de Meriti, no início da década de 1980. (Dissertação de Mestrado. Política Social). Universidade Federal Fluminense. Programa de pós-graduação em Política Social. Escola de Serviço Social. PPGPS/ESS/UFF. Disponível em: <http://lakh.unm.edu/handle/10229/20691?show=full>
- SHARPE, J. (1992). A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org). A escrita da história. São Paulo: UNESP, 39-62.
- SILVA, J. F. B. da. (2005). Homossexualidade na cidade de São Paulo. Homossexualismo em São Paulo: Estudo de um grupo minoritário. In: GREEN, James e TRINDADE, Ronaldo (org.). Homossexualismo em São Paulo e outros escritos. São Paulo: Unesp, 340.
- SPENCER, C. (1996). Homossexualidade. Uma história. Rio de Janeiro: Record, 417.
- TAMAGNE, F. (2001). Mauvais genre? Une histoire des représentations de l'homosexualité. France: Lamartiniere, 287.
- TREVISAN, J. S. (2000). Devassos no paraíso. A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. São Paulo: Record, 286.